

# História magistra vitae.

## Sobre a persistência da fábula nos usos do tempo

■ FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS<sup>1</sup>

A fala pode criar a paz, assim como pode destruí-la. É como o fogo. Uma única palavra imprudente pode desencadear uma guerra, do mesmo modo que um graveto em chamas pode provocar um grande incêndio. Diz o adágio malinês: “O que é que coloca uma coisa nas devidas condições (ou seja, a arranja, a dispõe favoravelmente)? A fala. O que que estraga uma coisa? A fala. O que é que mantém uma coisa em seu estado? A fala.”

*Hampaté Bâ*

Uma parte essencial da construção é a hipótese de que os eventos que me disponho a descrever ocorreram a todos os homens primitivos, isto é, a todos os nossos antepassados. A história é contada sob forma enormemente condensada, como se tivesse acontecido numa só ocasião, ao passo que, de fato, ela abrange milhares de anos e se repetiu incontáveis vezes durante esse longo período.

*Sigmund Freud*

Desde a ascensão do capitalismo global e das ideologias associadas ao neoliberalismo, tornou-se particularmente importante identificar os perigos do individualismo. As lutas progressistas — centradas no racismo, na repressão, na pobreza ou em outras questões — estão fadadas ao fracasso se não tentarem desenvolver uma consciência sobre a insidiosa promoção do individualismo capitalista.

*Angela Davis*

A narrativa assim se inicia: “um tocador de flauta, tendo percebido peixes no mar, pôs-se a tocá-la, imaginando que eles viriam à terra”. Daí a narrativa dá conta do problema e propõe a solução. “Vendo malogrado seu intento, lançou à água uma rede e retirou-a com grande quantidade de peixes, depositando-os no chão”. Mas a narrativa não termina com o êxito da solução, e sim com um desfecho que sintetiza e moraliza a trama, dando-se o sentido de exemplo. “E vendo-os saltar, [o tocador de flauta] disse: ‘Cessai, cessai agora de dançar, pois não quisestes vir a mim ao som da minha flauta’.”

1. Professor Titular do Departamento de História da UFC. Pesquisador do CNPq (bolsa produtividade, nível 2).

Sabe-se que essa narrativa foi a resposta de Ciro aos Iônios e Eólios porque Heródoto assim registrou. A narrativa não era, nem poderia ser, uma invenção literária da criatividade de Ciro. Tratava-se de uma fábula de Esopo, que Heródoto não explica porque decerto já era autoevidente, tanto é que a resposta em forma de narrativa foi muito bem entendida pelos que estavam perguntando (Heródoto, 1952, p. 76). E, também como se lê em Heródoto, a própria vida de Esopo não deixa de ser diretamente citada, a partir de uma dúvida sobre a pirâmide que Micerino “legou à posteridade”.<sup>2</sup> Heródoto — não poderia ser diferente — sabia muito bem o quanto era precioso aquilo que, em outra situação e com outro objetivo, seria chamado por Hayden White de “conteúdo da forma”. (White, 1987)

Como era de se esperar, o valor da fábula não foi referenciado apenas por Heródoto, mas também por Aristóteles. Embora considerando-a menor diante dos “fatos reais”, ele a considera valiosa, principalmente quando esses “fatos” não estão facilmente disponíveis. De acordo com o que ele observou e orientou, a fábula era um significativo recurso de retórica e, portanto, um instrumento lógico a ser usado nos “argumentos comuns a todos os tipos de oratória” (Aristóteles, 2013, p. 175-177).<sup>3</sup>

Já que pertencia aos “argumentos comuns”, a fabulação foi bem usada por Ciro e o bom uso de Ciro será registrado por Heródoto como forma de deixar o registro em boa ordem, para conquistar a simpatia e a cumplicidade de leitores e ouvintes. Heródoto não identifica o “autor” da fábula, mas obviamente se trata de Esopo, como se vê numa tradução recente:

Um pescador, que era também flautista, pegou a flauta e a rede e foi pescar. De pé num promontório, pôs-se a tocar. Os peixes, pensava ele, atraídos pela beleza da música, pulariam sozinhos fora d'água. Tocou um bom tempo sem parar. Em vão. Deixando de lado a flauta, pegou a rede e a lançou na água. Pegou um monte de peixes. Tirava-os da rede e os jogava na areia. Como os peixes se retorciam, ele disse:

2. Heródoto defende que os gregos estão errados quando atribuem a construção da referida pirâmide à cortesã Ródope. Ela, de acordo com Heródoto, não viveu no reinado de Micerino, e sim no de Amásis, “muitos anos depois da morte dos soberanos que mandaram construir essas pirâmides”. “Ródope era originária da Trácia, tendo sido escrava de Jádmon, filho de Heféstópolis, da ilha de Samos, e companheira de escravidão de Esopo, o fabulista, pois Esopo foi também escravo de Jádmon. Existem sobejas provas disso, e uma das principais é que, tendo os Delfios mandado perguntar várias vezes por um arauto, de acordo com as ordens de um oráculo, se alguém queria vingar a morte de Esopo, não se apresentou senão um neto de Jádmon, com o mesmo nome do avô. Logo, Esopo foi escravo de Jádmon.” (Heródoto, p.176-177).
3. No prefácio de um dos seus livros mais recentes, *The fiction of narrative*, Hayden White considera que “a historiografia científica — em seu modo tanto empirista, bem como de ‘grandes teorias’ — é em si uma ideologia que, ao excluir preocupações éticas de suas operações, produz apatia (...), em vez de uma vontade de ação”. Por outro lado, ele argumenta que, “felizmente, o romance moderno, (...) manteve vivo o interesse em ‘história’, entendida não tanto como ‘o passado’, como, ao contrário, o espetáculo da autofabricação humana”. “Eu acho”, conclui Hayden White, “que no final eu volto à visão de Aristóteles de que a história sem a poesia é inerte, assim como a poesia, sem história, é insípida” (White, 2010, p. 11).

— Seus malditos, quanto vocês não dançaram enquanto eu estava tocando!  
Assim agem os ardilosos (Esopo, 2006, p. 8).

Nessa edição, segue-se uma baliza moderna, e as fábulas atribuídas à Esopo entram na ficha catalográfica com as classificações “ficção grega”, “fábulas” e “literatura infantil”. Como um recurso de raciocínio chega a ser classificado corriqueiramente como “literatura infantil” é certamente uma questão significativa, envolvendo de maneira incontornável não apenas a historicidade da (re)invenção dos termos “literatura” e “infantil”, mas também a historicidade daquilo que pode ou não ser material educativo, daquilo que pode ou não aparecer como exemplo, daquilo que pode ou não ser destinado a alguém que se supõe num processo evolutivo.

As fábulas, pode-se concluir com certa segurança, tiveram uma importância nada desprezível no mundo antigo. E na modernidade? Continuam a importar. Mas de que maneira? Na formação do indivíduo, a depender de demandas mais ou menos específicas, que vão da defesa da nação à defesa da ecologia, do liberalismo ao conservadorismo, da reverência à ironia. O texto a seguir trata exatamente disso, não em vias da discussão teórica, mas no relato de uma experiência didática.

## 1. A historicidade da fábula

No Departamento de História da UFC, durante a ocupação dos estudantes em novembro e dezembro de 2016, houve uma programação de palestras, cursos e oficinas. Não apenas sobre a MP do ensino médio e a PEC do teto, mas sobre qualquer tema. Coordenei uma oficina, “Oficina criativa de escrita da História”. O ponto de partida da atividade foi uma fábula de Esopo.

Era inverno e as formigas botaram para secar os grãos que a chuva molhara. Uma cigarra faminta lhes pediu o que comer. Mas as formigas lhe disseram:

— Por que tu também não armazenaste tua provisão durante o verão?

— Não tive tempo — respondeu a cigarra —, no verão eu cantava.

As formigas completaram:

— Então agora dance.

E caíram na risada. (Esopo, 2006, p. 161).

De partida, eliminei o enorme debate sobre a realidade do referente na literatura. Aliás, a fábula precede a própria ideia de literatura como ficção, e está, portanto, em outro regime de verdade, de difícil compreensão atualmente, pois se vive em outra forma de classificação. Deliberadamente, e mais que isso, calculadamente, não entrei no jogo moderno e racionalista que faz a disputa entre fato e ficção.

Não é à toa: história e literatura se separam e viram campos autônomos em um movimento que, em certo sentido e em certa medida, é o mesmo movimento. Nessa perspectiva, parti de algo que posso chamar, com as devidas ressalvas, de “ficção pura”. O intuito foi trabalhar o sentido sem um fato real específico, exatamente para explicitar a arquitetura do sentido. Refiro-me ao sentido que se deve dar quando certos fatos se encadeiam. A teoria de história não tem instrumentos adequados para lidar com esse tipo de narrativa. Mas podem servir de base os estudos sobre o mito e a *historia magistra vitae*.

A fábula tem elementos mitológicos, mas tem muito mais elementos de uma *historia magistra vitae*, a história que mostra não o fato, e sim o modelo. A história que não mostra propriamente o que aconteceu, e sim o que deveria sempre acontecer. No caso aqui analisado, o sentido é a vantagem de trabalhar e a desvantagem de não trabalhar. Depois de falar sobre isso, mostrei uma versão moderna da fábula antiga (Bilac, 1904, p. 39-41):

Cautelosos e prudentes,  
O caminho atravessando,  
As formigas diligentes  
Vão andando, vão andando...

Marcham em filas cerradas;  
Não se separam; espiam  
De um lado e de outro, assustadas,  
E das pedras se desviam.

Entre os calhaus vão abrindo  
Caminho estreito e seguro,  
Aqui, ladeiras subindo,  
Acolá, galgando um muro.

Esta carrega a migalha;  
Outra, com passo discreto,  
Leva um pedaço de palha;  
Outra, uma pata de inseto.

Carrega cada formiga  
Aquilo que achou na estrada  
E nenhuma se fatiga,  
Nenhuma para cansada.

Vede! Enquanto negligentes  
estão as cigarras cantando,  
vão as formigas prudentes  
trabalhando e armazenando.

Também quando chega o frio,  
E todo o fruto consome,  
A formiga, que no estio  
Trabalha, não sofre fome...

Recordai-vos todo o dia  
das lições da Natureza:  
o trabalho e a economia  
são as bases da riqueza.

Trata-se da versão composta por Olavo Bilac e inserida no livro *Poesias infantis*, para uso nas escolas, como ele mesmo explica na introdução: “o que o autor deseja é que se reconheça neste pequeno volume, não o trabalho de um artista, mas a boa vontade com que um brasileiro quis contribuir para a educação moral das crianças do seu país” (Bilac, 1904, p. 6). Expliquei como e por que, nessa versão, o sentido é um sentido capitalista, evidenciando que, ao se tornar matéria de literatura, a fábula foi se reconfigurando em moralidades historicamente situadas, agenciando subjetividades afetadas por certos desejos de ordem no espaço e no tempo. E passei a mostrar outras versões do século XX, também usadas nas escolas.

Monteiro Lobato, por exemplo, transforma o final moralista em um debate com a Emília e outros personagens do “Sítio”. No caso da “Cigarra e a formiga”, que abre o livro de fábulas de Monteiro Lobato, há duas versões, cada uma com final específico. A primeira versão chama-se “A formiga boa”, ela oferece abrigo e reconhecimento à cigarra. “Que felicidade ter como vizinha tão gentil cantora” — diz a formiga (Lobato, 1947, p. 2). A segunda versão se intitula “A formiga má”, cujo desfecho também combina com o título.

A cigarra, como de costume, havia cantado sem parar o estio inteiro, e o inverno veio encontrá-la desprovida de tudo, sem casa onde abrigar-se, nem folhinhas que comesse.

Desesperada, bateu à porta da formiga e implorou — emprestado, notem! — uns miseráveis restos de comida. Pagaria com juros altos aquela comida de empréstimo. Logo que o tempo o permitisse.

Mas a formiga era uma usurária (...). Além disso, invejosa. Como não soubesse cantar, tinha ódio à cigarra por vê-la querida de todos os seres.

— Que fazia você durante o bom tempo?

— Eu... eu cantava!...

— Cantava? Pois dance agora, vagabunda! E fechou-lhe a porta no nariz.

Resultado: a cigarra ali morreu entanguidinha; e quando voltou a primavera o mundo apresentava um aspecto mais triste. É que faltava na música do mundo o som estridente daquela cigarra morta por causa da avaréza da formiga. Mas se a usurária morresse, quem daria pela falta dela?

Seguindo a lógica subversiva do livro, Narizinho reclama dizendo que a fábula está errada: “Vovó nos leu aquele livro do Maeterlinck sobre a vida das formigas — e lá a gente vê que as formigas são os únicos insetos caridosos que existem.” (Lobato, 1947, p. 4). Monteiro Lobato subverte o uso que, no Brasil, se fazia dessa fábula, não apenas porque insere debates mais ou menos inusitados ao final, mas também porque não vai, pelo menos nesse caso, endeusar o trabalho como fonte de riqueza. Monteiro Lobato se afasta de Olavo Bilac e de outros autores, como se vê no livro *Coleção de fábulas imitadas de Esopo e de Lafontaine* (a décima primeira edição é de 1927 e, vale notar, vem com a seguinte observação na folha de rosto: “muito melhorada com numerosas vinhetas, adotada para leitura nas escolas”).

Em toda a bela estação uma formiga incansável tinha levado para sua casa as mais abundantes provisões: quando chegou o inverno, estava à farta. Uma cigarra, que todo verão levava a cantar, achou-se então na maior miséria. Quase a morrer de fome, veio esta, de mãos postas, suplicar à formiga lhe emprestasse um pouco do que lhe sobrava, prometendo pagar-lhe com o juro que quisesse. A formiga não é de gênio emprestador; perguntou-lhe, pois, o que fizera no verão (...). “No verão, cantei, o calor não me deixou trabalhar — Cantastes! Törnou a formiga; pois agora dançai.”

MORALIDADE. — Trabalhem para nos livrarmos do suplício da cigarra, e não aturarmos os motejos das formigas. (Rocha, 1927, p. 99)

Por outro lado, expliquei, José Paulo Paes (2006) reformula a moralidade nos seguintes termos:

Enquanto a formiga  
carrega comida  
para o formigueiro,  
a cigarra canta,  
canta o dia inteiro.

A formiga é só trabalho.  
A cigarra é só cantiga.

Mas sem a cantiga  
da cigarra  
que distrai a fadiga,  
seria uma barra  
o trabalho da formiga.

Um autor mais recente não defende nem a Cigarra nem a Formiga, e sim a natureza destruída no verão. Seria algo como uma narrativa ecológica, na qual o sentido fabuloso permanece, mas se cruza com traços de ficção científica:

A cigarra não morreu de frio. Nos domínios do leão o inverno é brando. Ela morreu de fome.

A formiga pelou a roseira. A roseira secou. Pelou a laranjeira. A laranjeira virou um soberbo monumento de lenha. A formiga levou repolho, alface, cenoura, feijão, arroz, relva. A terra expôs carne sem pele ao sol do meio-dia: amarela, roxa, preta.

Morreu a lesma, morreu a borboleta, morreu a vaca, morreu o porco, morreu o sabiá. A cigarra, já com um pé na cova, se arrastou até o caminho das formigas e perguntou a uma operária apressada:

— Por que você faz isso?

— Para não morrer.

— Você armazenou mil vezes a mais do que precisa.

— E o inverno? Você não pensa nos rigores da neve?

— Aqui não neva.

— Se você, em vez de cantar todo santo dia, lesse alguma coisa para se instruir, saberia que a era glacial pode voltar.

— Você não pensa nos outros?

— O bode pensa nos outros? A cobra pensa nos outros? Sempre haverá o suficiente para os que trabalham. E agora me dá licença, lá longe ainda há muito verde para recolher.

Soprou o vento. Uma nuvem de pó apagou a luz da manhã. Veio a chuva, os rios levaram o solo para o mar. O sol lambeu o último suor nos flancos da rocha.

A formiga foi a última a morrer. (Schuler, 2004, p. 140).

## 2. Com quantas fábulas se faz um fato

Ou seja: a oficina se iniciou com Esopo, deu um salto, e caiu no Brasil do século XX. O salto foi enorme, não há como negar: partiu das fábulas antigas e chegou às fábulas modernas, sem muitas explicações. Aliás, apenas uma explicação foi dada: saímos de uma cultura na qual a noção de literatura não existia, e aterrissamos em um território onde a literatura terá cada vez mais espaço, inclusive para reelaborar as fábulas. Diante da fábula, o trabalho literário acontecerá em várias direções, ora fechando-as em novas moralidades, ora abrindo-as ao universo das estéticas modernas. Ora em nome de instituições educativas, ora sem vínculos pedagógicos e muito menos institucionais. Usos da fábula, pode-se dizer. Usos da *história magistra vitae*, também pode-se dizer, desde que não se faça o congelamento conceitual que costuma assediá-las as abordagens mais disciplinadas, tanto na teoria da história, quanto nos estudos de literatura.

Depois da leitura de cada fábula fui argumentando, na medida do possível, que é preciso perceber como essas narrativas vão oferecendo modelos e expectativas para uso prático na busca pelo sentido de fatos e desejos do cotidiano.

Expandem a vida dando a ela a condição de vida passível de ser narrada e, ao mesmo tempo, reduzem a vida às acomodações dos enredos que se utilizam de benefícios explicativos do universo fabular. Sendo assim, não se pode fugir do reconhecimento de limitadores da imaginação. Limitadores que residem em imagens necessariamente fictícias, tão fictícias que só podem ser vislumbradas de maneira mais radical através das fábulas, ou de algo mais ou menos fabuloso. Note-se: o que uma fábula defende não é a existência dos fatos. Sobre os fatos não há discussão, porque se houver discussão a fábula se dilui completamente, ou pelo menos em parte. Por exemplo: não se pergunta se uma formiga pode ou não falar. Há uma espécie de pacto da fabulação, e fora dele não há fábula.<sup>4</sup>

Qualquer fábula tem um dispositivo de sentido programado. O que fica ou o que se cria é principalmente o sentido e não um argumento racional. Para se contrapor a uma fábula, a razão metódica é indispensável e, ao mesmo tempo, insuficiente. Para enfrentar uma fabulação, é preciso ter, além dos argumentos, uma fuga através da ficção. A partir disso, mas não apenas por isso, a última atividade da oficina realizou-se com um exercício de ficção em fuga.

### 3. Ficção em fuga

Para encerrar as sondagens sobre a historicidade da fábula, apresentei a seguinte questão: como vem funcionando a fabulação liberal? Mais especificamente: como essa fabulação liberal é composta e recomposta numa subjetividade atrelada ao individualismo contemporâneo?<sup>5</sup> Daí, a leitura de uma das muitas fábulas que circulam no Whatsapp e no Facebook:

4. Mas esse pacto da fabulação, vale destacar, não é somente um atributo exclusivo da fábula, porque a própria escrita da história tem os seus pactos. Ainda com base em Michel de Certeau, entendo que o que vai interessar ao pensamento crítico de base historiográfico não é a proposição epistemológica de um saber contra a fábula, e sim de um conhecimento que se reconheça em seus pactos, explicitando-os em sua maquinaria política. Ergue-se, desse modo, relações que não podem ser simplesmente camufladas e sim exibidas, como é o caso da reciprocidade entre o fato e a fábula. “Essa determinação recíproca”, explica Certeau, “implica uma dupla defasagem que consiste, por um lado, em fazer com que o real seja plausível ao demonstrar um erro e, ao mesmo tempo, em fazer crer no real pela denúncia do falso. Ela pressupõe, portanto, que o não falso deve ser real”: “Assim, outrora, ao argumentar contra “falsos” deuses, fazia-se crer na existência de algo verdadeiro. Ao repetir-se, inclusive na historiografia contemporânea, o procedimento é simples: ao comprovar os erros, o discurso leva a considerar como real o que lhes é contrário. Apesar de ser logicamente ilegítimo, o procedimento funciona [“*marche*”] e “leva na conversa” [“*fait marcher*”]. Desde então, a ficção é transferida para o lado do irreal, enquanto o discurso tecnicamente armado para designar o erro está afetado pelo privilégio suplementar de representar o real; os debates entre “literatura” e história permitiriam facilmente ilustrar essa divisão”. (De Certeau, 2011, p. 46)
5. A orientação nesse sentido veio de Deleuze e Guattari. “O capitalismo instaura ou reinstaura todos os tipos de territorialidades residuais e factícias, imaginárias ou simbólicas, sobre as quais ele tenta, bem ou mal, recodificar, reter as pessoas derivadas das quantidades abstratas. Tudo repassa ou regressa, os Estados, as pátrias, as famílias. (...) Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia.” (Deleuze, 2010, p. 53)

THE OLD BLACK BLOCK...

- *Filho, eu descobri essas coisas no seu armário...*
- Qual é o problema de ter uma máscara dos anônimos e um taco de beisebol?
- *Você usa isso?*
- Não... quer dizer, às vezes...
- *É que estou precisando. Será que você me empresta?*
- Precisando? Pra quê?
- *É que eu li as coisas que você andou escrevendo na internet...*
- Você andou lendo o meu face?
- *Qual é o problema? Não é público?*
- É... mas...
- *Pois é, eu li o que você escreveu e...*
- Pai, eu sei que você não gostou do que eu escrevi lá, mas... eu não vou discutir, são as minhas ideias. Eu tenho 27 anos, sou anarquista e...
- *Não. Eu achei legal. Você me convenceu.*
- Convenci? De quê?
- *Tá tudo errado mesmo... Você faz bem em nunca ter trabalhado, eu li o que você escreveu e concordo. Agora eu sou anarquista também, que nem você...*
- Você o quê? Pai... que história é essa? Você tá maluco?
- *É, você fez a minha cabeça. Tem que quebrar tudo mesmo! Agora eu sou Old Black Block!*
- Pai, você não pode... você é diretor de uma empresa enorme e...
- *Não sou mais não. Larguei o meu emprego. Mandei o meu chefe tomar no... Mandei todo mundo lá tomar no...*
- Pai, você não pode largar o seu emprego. Você está há 30 anos lá... Isso é absurdo...
- *Posso sim! Aliás tô juntando uma galera pra ir lá quebrar tudo.*
- Quebrar tudo onde?
- *No meu trabalho! Vamos quebrar tudo! Abaixo a opressão! Abaixo tudo! Sou contra tudo!*
- Você não pode fazer isso, pai...
- *Posso sim! É só você me emprestar a máscara e o taco de beisebol. E aí, você vem comigo?*
- Não... acho melhor não...
- *É melhor você vir junto porque agora que eu larguei tudo, a gente vai ter que sair deste apartamento...*
- Sair daqui? E a gente vai morar aonde?
- *Sei lá! Vamos acampar em frente a uma empresa capitalista qualquer e exigir o fim do capitalismo!*
- Pai, você não pode fazer isso! Não pode abandonar tudo!
- *Tô indo! Fui!*
- Peraí, pai! Pai! E minha mesada? E o meu carro? E onde eu vou morar? E as minhas férias em Floripa? E minhas compras em Miami? E meu computador? E meu tablet? E minha internet de fibra ótica? Volta aqui! Volta aqui, pai!!! Voooltaaaaa!
- *Como dizia Margaret Thatcher, "O Socialismo é muito bom!, Mas enquanto durar o Dinheiro.... Dos Outros"* (Autor Anônimo).

Pedi para que cada um inventasse, a partir da narrativa, outro desfecho. E, conseqüentemente, outra conclusão moral. Tempo: mais ou menos uma hora. Mas, antes que cada um começasse, falei rapidamente sobre estética, mostrando alguns elementos que podem ter sentido artístico ou de trabalho para uma escrita “literária”, destacando como essas fábulas da internet estão muito longe de possuir algum elemento artístico. Fazem parte, é evidente, de uma simplificação ardilosa cujos efeitos de verdade movimentam sistemas incansáveis, engendrando subjetividades afeitas ao consumo de tudo, a começar pelo consumo de si, na invenção de intimidades publicitárias e liberdades concorrentes, sempre submetidas a tudo que se refere ao poder de consumir cada vez mais. São “refabulações” que não têm nada a ver com a criação de tramas mais elaboradas, na medida em que estão subordinadas à pedagogia rasa da autoajuda, e não raramente fundadas em interesses administrativos do capital ou de propaganda partidária a favor do capital.

Daí se partiu para a escrita. Cada um escreveu sua “refabulação”. Quem quis leu a sua versão e conversamos sobre as estratégias narrativas da imaginação. Algumas pessoas acrescentaram outras personagens. Teve gente que aproveitou a ocasião e inseriu o presidente golpista, sua esposa e seu filho. Um colocou a fábula dentro de outra fábula. Outro fez uma referência (implícita) a professores do curso de História. Ou seja: debatemos, de maneira muito preliminar, como os fatos são amarrados por sentidos e como, muitas vezes, o que mais importa para a veracidade de algo é essa amarração, e não os fatos. Daí pensamos sobre os elementos analíticos e as sensibilidades estéticas para se perceber as relações entre ficção e poder. Tudo de maneira muito inicial.

#### **4. Um arquivo fabuloso**

Fábulas reelaboradas em outras narrativas, ou reelaboraões fabulosas, ou ainda narrativas que concluem com lições de moral. Venho juntando esse tipo de coisa desde 2015. O objetivo da coleção não tem sido propriamente a delimitação de uma pesquisa, e sim a composição de uma espécie de ferramenta didática, destinada ao uso em sala de aula quando se trata de abordar temas como as relações entre tempo e narrativa, ou mais especificamente as relações entre tempo e subjetividade no capitalismo atual.

Mais ou menos metade da coleção é constituída de livros de autoajuda. Na autoajuda, afinal, há uma pedagogia do capitalismo, através de fatos e argumentos, mas também por meio de fábulas. Tudo em nome da liberdade do indivíduo entendido como o protagonista de si e, portanto, capaz de ser dono da

sua própria história. Nesse mundo, não é estranho encontrar um livro intitulado *Fábulas de Esopo para executivos*, por exemplo (Rangel, 2006). Desse mundo, não é muito difícil juntar um arquivo de fábulas rasas que se destinam à compra e à venda de subjetividades consumidoras e consumíveis, felizes porque são concorrentes, e concorrentes porque são felizes.

Portanto, fábulas que passam a ser itens do acervo que eu estava (e ainda estou) formando, mas também se tornam itens de um *acervo* da crença no indivíduo liberal, em suas várias modalidades. Assim sendo, não me refiro apenas a um agrupamento de documentos, mas também a um *acervo* tal como Foucault propõe. Ele não entende o termo como a soma de textos ou de documentos do passado que uma cultura conservou, não o trata como “testemunho de uma identidade mantida”, nem como “as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição”.

O que seria, então, o arquivo? “Trata-se (...) do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pode desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas”. As coisas ditas aparecem graças a um jogo de relações no próprio *nível discursivo*, conforme *regularidades específicas*. Sendo assim, emerge um procedimento metodológico muito claro: “não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz” (Foucault, 2009, p. 146). Se fosse possível resumir, poder-se-ia dizer que o arquivo “é a lei do que pode ser dito”. Aí estão as condições de possibilidade para que as coisas ganhem determinadas formas de existir. (Foucault, 2009, p. 147-148)<sup>6</sup>

## 5. No tempo, pelo tempo e apesar do tempo

Em 2017, no *II Colóquio História e Narrativa*, apresentei sumariamente a experiência da oficina de 2016, e passei a apresentar outros materiais desse arquivo fabuloso. Por exemplo: o texto tirado da rede “Não existe almoço grátis”.

Na metade de uma aula, em uma universidade, um dos alunos, inesperadamente perguntou ao professor:

— O senhor sabe como se capturam os porcos selvagens?

6. Na formação desse acervo, agradeço a generosa colaboração dos professores Antônio Luiz Macêdo e Kênia Sousa Rios, do Departamento de História da UFC.

O professor achou que era uma piada e esperava uma resposta engraçada. O jovem respondeu que não era uma piada, e com seriedade começou sua dissertação:

— Para capturar porcos selvagens, primeiro localiza-se um lugar na floresta que os porcos selvagens costumam frequentar, e ali coloca-se um pouco de milho no chão, diariamente.

Assim, os porcos selvagens vêm diariamente para comer o milho “grátis” e, quando se acostumam a vir diariamente, você constrói uma cerca no entorno do local, onde eles se acostumaram a comer, um lado de cada vez... Aí, quando eles se acostumam com a cerca, eles voltam para comer o milho, e você constrói outro lado da cerca...

Eles voltam a acostumar-se e voltam a comer.

Você vai construindo a cerca no entorno, pouco a pouco, até instalar os quatro lados do cercado em torno dos porcos.

No final, instala uma porta no último lado.

Os porcos já estão habituados ao milho fácil e às cercas e assim começam a vir sozinhos pela entrada.

É aí que você fecha o portão e captura a todo o grupo.

Simple assim, no passo a passo, até que no último segundo os porcos perdem sua liberdade. Eles começam a correr em círculos dentro da cerca, mas já estão presos. Depois, começam a comer o milho fácil e gratuito. Ficam tão acostumados a isso que esquecem como caçar por si mesmos, e por isso aceitam a escravidão.

Mais ainda, mostram-se gratos com os seus captores e, por gerações, vão felizes ao matadouro. E nem desconfiam que a mão que alimenta é a mesma que lhes abate.

O jovem comentou com o professor que era exatamente isso que ele via acontecer no seu país, no seu estado, em sua cidade, com o seu povo.

Governos populistas, em seus projetos ditatoriais, escondidos sob o manto “democrático”, lhes estiveram jogando milho gratuito por tempo suficiente para alcançar a mansidão sistemática.

E cada novo “Governo Salvador” disfarça, em “programas sociais”, suas esmolas, dá dinheiro que tira do bolso do próprio trabalhador, realiza missões, planos, remissão, leis de “proteção”, subsídios para qualquer coisa, expropriações indevidas, programas de “bem-estar social”, festas, feiras ou festivais, uniformes, pão e circo, transporte “grátis”.

Toda essa “gratuidade” que nos oferecem tais vigaristas, disfarçados de políticos, cheia de felicidade para um povo mal acostumado com as migalhas do milho fácil e “gratuito”, roubam-nos a capacidade de sermos críticos, pensantes e pessoas empreendedoras. No entanto, claro que nada nos saiu “de graça”. Logo, “não existe almoço grátis”!

Finalmente, se você se dá conta de que toda essa maravilhosa “ajuda” governamental é um problema que se opõe ao futuro da democracia no nosso país, deverá compartilhar esta mensagem.

Algo do Brasil no século XXI, com certeza. Mas não apenas isso, porque não será descabido comparar essa fábula do Whatsapp com um apólogo que Gustavo Barroso publicou por volta de 1930. Intitulado “Liberdade e igualdade”, o apólogo conta que, durante uma caçada, o rei Bharam Gur ficou magoado porque chegou a uma aldeia, mostrou que estava cansado e faminto, mas ninguém se dignou a oferecer hospedagem. Magoado e, além disso, irritado, o

rei mandou seu ministro destruir o povoado. O meio que o ministro usou para cumprir a ordem do rei foi inusitado, mas, antes de tudo, instrutivo, tal como esse tipo de narrativa deve ser.

O mobed certo dia surgiu na aldeia e convocou os habitantes na praça principal, dizendo-lhes que, por amá-los muito, o rei resolvera decretar que eram todos nobres, que não deviam mais obediência a pessoa alguma e que eram todos iguais.

Partiu sob as aclamações daquela gente.

Desse dia em diante, não houve mais na aldeia autoridade nem respeito. Os moços cortaram a cabeça dos velhos para poderem agir sem recriminações. Todos se engalinhavam. A anarquia campeou. Ninguém trabalhava. Reinou fome. E os ajuizados fugiram para melhores terras.

Um ano depois, Bahram Gur passou ali e, vendo a desolação reinante, evocou a antiga beleza da aldeia, penalizado. E indagou ao mobed astuto como reduzira a tão desgraçada condição aquele lugar. O ministro sorridente respondeu-lhe:

— Senhor, não derramei uma gota de sangue nem fiz passar por aqui os elefantes de guerra. Somente em vosso nome decidi que nesta aldeia houvesse o que o povo mais deseja: liberdade e igualdade. (Barroso, s/d, p. 46)

O título do livro é *Apólogos orientais* (moralidades e fábulas). Algo redundante, já que apólogos, moralidades e fábulas são quase sinônimos, a depender do caso. Mas o que quero destacar não é isso, e sim o que isso tem a ver com a edição do livro. O jogo de palavras semelhantes decerto guarda relações com o mercado editorial, na medida em que o livro está na série 3 (Lendas Curiosas) da coleção “Biblioteca da Adolescência”, cuja publicidade inserida nas últimas páginas garante que “cada volume contém um assunto completo” e que se trata de uma “leitura sã para meninos e moços”. Tudo indica que o chamado “público-alvo” é o estudante, que deveria se guarnecer com “livros de leitura” a partir de orientações escolares. Algo que se assemelha aos intuitos editoriais do livro de Olavo Bilac citado há pouco.

## 6. Para não dizer que eu não falei do método

Vitória levantou-se e foi para a casa, sem se voltar, sem mostrar o menor sinal de ofensa ou de despeito. Nico alcançou-a de um salto, e perguntou-lhe com inquietação

— Que tem você

Vitória fez um visível e penoso esforço para responder com naturalidade:

— Nada. Apenas perdi o meu papel e fiquei sem tempo de preparar outro.

*Cornélio Pena*

Para ter o efeito didático que eu espero na formação desse arquivo, venho acolhendo materiais variados, de diferentes “épocas”, cujos enredos permitam a

ação do pensamento histórico sobre mudanças e permanências na *história magistra vitae*. Não qualquer *historia magistra vitae*, e sim aquela que é subordinada aos procedimentos da ficção, mais precisamente aquela que é articulada em elementos da narrativa fabular.

As moralidades mudam e permanecem — eis o problema de partida. Por isso, torna-se impossível propor exercícios de análise sobre uma só fábula. É sempre a construção de uma série, a ser posta e reposta no tempo, pelo tempo e apesar do tempo. Mas, se é sempre uma série de fontes, a série nunca é apenas a expressão de valores existentes a priori. A fábula, tal como eu estou a tratá-la, constitui um dispositivo de poder que funciona nas relações sociais, fazendo-as existir por certas vias e não por outras, dotando-as de orientações, expectativas e censuras, fundando-as em determinadas conexões entre passado, presente e futuro.

Assim, entendo que o poder da *historia magistra vitae* (como qualquer outro poder) não apenas se expressa, não apenas comunica. O que o poder realiza nunca é, simplesmente, uma comunicação, porque comunicar sempre implica fazer funcionar. As fábulas, nessa perspectiva, são peças de uma maquinaria sem fim, com engrenagens que se multiplicam e se desfazem, articuladas em certos pontos e desarticuladas em outras, ora em movimento, ora em repouso, capazes de produzir som e silêncio, ao mesmo tempo. Tudo para não acontecer aquilo que aconteceu com a personagem de Cornélio Pena citada no início. Tudo para ninguém perder seu papel por muito tempo.

## 7. Por outro lado

A tarefa da arte não é de dar um relato à sociedade para organizar sua diversidade, mas valorizar o iminente onde o dissenso é possível. (...) Talvez haja uma ética para esta estética sem relato. Ela não se formaria harmonizando patrimônios de culturas discrepantes, mas acompanhando esses DJs que fazem fusões, que são os migrantes ou os dissidentes, ou os estrangeiros em sua própria sociedade. Vanguardas outra vez? Não, nem heróis nem profetas.

*Garcia Cancline*

Se a fábula identifica e convoca roteiros, para que cada um saiba cumprir seu papel, não é de se estranhar que ela continue em pauta como recurso escolar, e tenha se transformado em estratégia de autoajuda e de outras manipulações via Whatsapp ou Facebook. Pela mesma razão, não é de se estranhar que a fábula venha seguindo caminhos diferentes, longe dos intuitos declaradamente didáticos e ainda mais longe das más intenções que, de maneira explícita ou camuflada, justificam as desigualdades sociais com o avanço de novas e velhas

artimanhas de controle das subjetividades, em nome de determinada liberação do “sentimento de si”, mais ou menos no sentido que Vigarello deu a esse termo (Vigarello, 2016). Refiro-me, nesse caso, à fábula que se transforma em matéria prima da criação literária, transformando-se, inclusive, em fábula sobre a fábula, como se a fábula entrasse em um jogo de espelhos. Aqui, citei quatro fábulas que passaram por essa transfiguração literária. Duas de Monteiro Lobato, uma de Bruno Schuler e a outra de Paulo Paes. E para ir encaminhando o encerramento desse relato, vale a pena transcrever mais uma fábula de Paulo Paes, que, por vias específicas, coloca em pauta o problema ao qual Garcia Cancline se refere, em seu livro sobre as condições do relato na estética contemporânea. A fábula de Paulo Paes não fez parte das atividades didáticas às quais venho me referindo, mas certamente fará.

*Cigarra, Formiga & Cia.*

Cansadas de seus papéis fabulares, a cigarra e a formiga resolveram associar-se para reagir contra a estereotipia a que haviam sido condenadas.

Deixando de parte atividades mais lucrativas, a formiga empresou a cigarra. Gravou-lhe o canto em discos e saiu a vendê-los de porta em porta. A aura de mecenas a redimiu para sempre do antigo labéu de utilitarista sem entranhas.

Graças ao mecenato da formiga, a cigarra passou a ter comida e moradia no inverno. Já ninguém a poderia acusar de imprevidência boêmia.

O desfecho desta refábula não é róseo. A formiga foi expulsa do formigueiro por lhe haver traído as tradições de pragmatismo à *outrance* e a cigarra teve de suportar os olhares de desprezo com que o comum das cigarras costuma fulminar a comercialização da arte. (Paes, 2008, p. 490)

Isso quer dizer que a coleção à qual me referi não se limita a uma coleção onde cada peça se produz no imaginário capitalista e a ele retorna sem cessar, alimentando-o conforme convém. Para ter efeito didático — como é a minha intenção já mencionada —, também venho colecionando essas fábulas que recebem um tratamento literário além e aquém das didáticas. Não chegam a ser anti fábulas, porque se assim fossem não seriam arte e sim uma mera contraposição. O trabalho da literatura, vale lembrar, convoca práticas de ficção em fuga. Ou para ser filosoficamente mais rigoroso: a produção literária, nessa perspectiva, não se conforma às palavras de ordem ou aos imperativos da informação, pois consegue de alguma madeira atingir a instabilidade sutil do “ato criador”, tal como pensou Deleuze (2016) e, ao mesmo tempo, tal como Deleuze foi analisado e complementado por Agamben (2018).

Assim sendo, o *arquivo* vai das fábulas que evocam ou convocam papéis até às fábulas que se perguntam sobre o que é um papel, e quais as implicações que

cada papel pode ou não suscitar. Sendo assim, a persistência da *historia magistra vitae* que tem no mundo fabuloso poderá, decerto, contribuir para se pensar sobre o poder e a potência da pouco reconhecida persistência da *historia magistra vitae* que se faz com os fatos concatenados pela história como disciplina conduzida por teorias e métodos que lhes são próprios, e legitimada por pares. Repensar a ética das configurações disciplinares e as relações de poder e potência da história a partir da interdependência entre fatos e fábulas não faz mal a ninguém, a não ser àqueles que têm má vontade para perceber ou explicitar as implicações políticas que se articulam no “conteúdo da forma” (White, 2010).

### ■ Bibliografia citada

- AGAMBEN, Giorgio. “O que é o ato de criação?”. In: *O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BÂ, Amadou Hampatè. “A tradição viva”. In: Joseph Ki-Zerbo (ed.), *História Geral da África*, volume I. Comitê Científico Internacional da UNESCO para a Redação da História Geral da África, segunda edição, revisada, Brasília: UNESCO, pp. 167-212.
- BARROSO, Gustavo. *Apólogos orientais* (moralidades e fábulas). São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo, s/d.
- BILAC, Olavo. *Poesias infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1904.
- CANCLINI, Néstor García. *A sociedade sem relato*. Antropologia e estética da iminência. São Paulo: Editora da USP, 2016.
- ESOP. *Fábulas de Esopo*. Tradução de Antônio Carlos Vianna. Porto Alegre, L&PM, 2006.
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Org. de Frank Barat. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- DELEUZE, Gilles e Guattari, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles. O que é o ato de criação? [1987]. *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. Edição preparada por David Lapoujade. São Paulo: Editora 34, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FREUD, Sigmund. “Moisés e o monoteísmo”. Três ensaios (1939 [1934-38]). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Volume XXIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.
- HOMERO. *História*. Primeiro Volume. Tradução de J. Brito Broca. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc. Editores, 1952.
- LOBATO, Monteiro. *Fábulas e histórias diversas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947.
- PAES, José Paulo. *Olha o bicho*. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Socráticas*. [2001]. In: *Poesia completa*. Apresentação de Rodrigo Naves. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PENNA, Cornélio. *Dois romances de Nico Horta*. Rio de Janeiro: Artium, 2000.
- RANGEL, Alexandre. *Fábulas de Esopo para executivos* — recontadas por Alexandre Rangel. São Paulo: Original, 2006 p. 64-65.
- ROCHA, Justiniano José da. *Coleção de Fábulas imitadas de Esopo e de LaFontaine*. Décima primeira edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.
- SCHULER, Donald. *Refabular Esopo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.
- WHITE, Hayden. *The content of de form*. Narrative discourse and historical representation. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- WHITE, Hayden. *The fiction of narrative: essays on history, literature and theory, 1957-2007*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.
- VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si*. História da percepção do corpo. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.